

FILOSOFIA CRÍTICA E GEOGRAFIA FÍSICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA QUESTÃO RACIAL EM KANT

Critical Philosophy and Physical Geography: an analysis based on the race issue in Kant

Rodrigo da Cunha Pacheco

Instituto Federal de São Paulo
rodrigo.pacheco@ifsp.edu.br

Resumo: Este artigo buscou contrapor alguns aspectos da Filosofia Crítica de Kant com a sua produção na área da Geografia Física, tendo como referência central a questão da hierarquização das raças. Foi analisada a compatibilidade lógica entre ambos os campos do saber e, como consequência, foram demonstradas as seguintes teses principais: I) considerando o domínio teórico da Filosofia Crítica, há uma contradição entre os limites do conhecimento teórico e científico por ela estabelecidos para o entendimento da natureza e alguns pontos da prática kantiana de ensino da Geografia Física; II) no domínio prático não há contradição entre as posturas racistas e classistas de Kant, manifestadas nos cursos de Geografia Física, e sua filosofia moral; III) o racismo kantiano emergiu basicamente do seu pensamento teleológico, o qual influenciou tanto sua Filosofia Crítica, quanto seu pensamento científico no campo da Geografia Física.

Palavras-chave: Kant; Filosofia; Geografia Física; Hierarquia Racial.

Abstract: This article sought to confront some aspects of Kant's Critical Philosophy with its production in the area of Physical Geography, having as a central reference the issue of the hierarchization of races. The logical compatibility between both fields of knowledge was analyzed and, as a consequence, the following main theses were demonstrated: I) considering the theoretical domain of Critical Philosophy, there is a contradiction between the limits of theoretical and scientific knowledge established by it for the understanding of nature and some points of the Kantian practice of teaching Physical Geography; II) in the practical domain there is no contradiction between Kant's racist and classist postures, manifested in the courses of Physical Geography, and his moral philosophy; III) Kantian racism emerged basically from his teleological thinking, which influenced both his Critical Philosophy and his scientific thinking in the field of Physical Geography

Keywords: Kant; Philosophy; Physical Geography; Racial Hierarchy.

1. Introdução

Immanuel Kant foi um filósofo que cultivou os estudos e o ensino em diversos ramos do saber, tais como a Geografia e a Matemática. Falar de Immanuel Kant, portanto, significa abordar um pensador passível de um verdadeiro tratamento multidisciplinar. Nesta perspectiva, cabe observar que por muito tempo se enfatizaram os legados positivos das obras de Kant, mais recentemente, no entanto, tem ganhado espaço, nos trabalhos acadêmicos, características não tão nobres do seu pensamento, como as posições racistas por ele adotadas em diversas partes de suas obras.

Visando contribuir com esse debate, o objetivo principal do presente artigo é demonstrar como a Filosofia Crítica de Kant se relacionou com o seu pensamento científico, no campo da Geografia Física, mediante análise da questão das raças e do racismo. Assim, busca-se demonstrar as seguintes teses principais: I) considerando o domínio teórico da Filosofia Crítica, há uma contradição entre os limites do conhecimento teórico e científico por ela estabelecidos para o entendimento da natureza e alguns pontos da prática kantiana de ensino da Geografia Física; II) no domínio prático não há contradição entre as posturas racistas¹ e classistas² de Kant, manifestadas nos cursos de Geografia Física, e sua filosofia moral; III) o racismo kantiano emergiu basicamente do seu pensamento teleológico, o qual influenciou tanto sua Filosofia Crítica, quanto seu pensamento científico no campo da Geografia Física.

A fim de cumprir com essa proposta, o presente trabalho está dividido da seguinte forma: no item 2 é demonstrado que a Filosofia Crítica de Kant, em seu domínio teórico, buscou delimitar o conhecimento da natureza aos dados sensíveis e às formas *a priori* do conhecimento humano; em seu domínio prático, ela se fundamentou sobre uma lógica evolutiva da moralidade humana, de forma que fosse capaz de recepcionar o pensamento da existência de agrupamentos humanos em “distintos estágios de moralidade e cultura”; por fim, entre ambos os domínios, há uma perspectiva teleológica que culminou com concepções racistas e classistas. No item 3 é demonstrado que em suas obras e aulas de Geografia Física, a qual deveria ser parte do domínio teórico da natureza, Kant extrapolou e recorreu a um pensamento teleológico, propondo não somente a divisão dos seres humanos em raças, mas hierarquizando-as. No item 4 sintetiza-se a análise, no sentido de contribuir para se demonstrar as teses já expostas no parágrafo anterior.

2. Considerações a respeito dos limites do domínio teórico, do domínio prático e da teleologia da natureza em Kant

¹ O racismo é derivado da ideia de raça, a qual, de acordo com Smedley Wade e Takezawa (2020), implica na consideração de que os seres humanos se diferenciam em grupos distintos devido às características naturais fixas. É diferente do etnocentrismo, o qual implica na valorização de características culturais (contingentes e mutáveis) em detrimento de outras. Dessa forma, em uma leitura mais rigorosa, podemos dizer que em Kant encontramos tanto o racismo como o etnocentrismo, mas essa distinção não será o foco deste trabalho.

² Deve ser entendida por postura classista aquela que constata a diferenciação da população humana em estratos sociais e valoriza alguma(s) dessa(s) camada(s) em detrimento de outra(s).

Busca-se aqui caracterizar alguns aspectos pontuais da Filosofia Crítica de Kant na medida em que forneçam subsídios para se analisar as questões propostas neste trabalho. Assim, para responder se os limites do conhecimento teórico da natureza foram respeitados dentro do curso de Geografia Física, torna-se necessário conhecer tais limites. Já para verificar se o racismo kantiano, presente no curso de Geografia Física, contradizia-se com o domínio prático da sua filosofia, é fundamental conhecer alguns aspectos deste. Por fim, para constatar que a teleologia kantiana da natureza possuía pontos de hierarquia racial e não deveria se fazer presente no campo (e aulas) da Geografia Física, torna-se necessário reconhecer esses aspectos. Por isso, a fim de atingir esses objetivos, é preciso resgatar alguns conteúdos presentes na *Crítica da Razão Pura - KrV B* - (onde se tem os limites do domínio teórico), na *Crítica da Razão Prática - KpV 5* - (onde se tem os limites do domínio prático) e na *Crítica da Faculdade do Juízo - KU 5* - (onde se encontra a teleologia da natureza).

A *Crítica da Razão Pura* (1781), como é de conhecimento bastante disseminado, buscou estabelecer os limites de ação para a razão pura teórica, mediante uma meticolosa análise do processo cognitivo humano. Representou uma síntese entre empiristas e racionalistas, na medida em que considerou a existência de fontes, tanto *a priori*, quanto *a posteriori* do conhecimento. Kant defendeu que os humanos possuem acesso teórico somente aos fenômenos, resultado da interação de coisas em si, ou numenos (elementos independentes dos seres humanos), com a forma humana de conhecer. O que seriam essas coisas em si estaria para além da possibilidade humana de conhecimento teórico ou científico:

[...] toda a nossa intuição não é senão a representação dos fenômenos; que as coisas que intuimos não são em si mesmas tal como as intuimos, nem as suas relações constituídas em si mesmas tal como nos aparecem; e que, se suprimíssemos o nosso sujeito, ou simplesmente a constituição subjetiva dos sentidos em geral, toda a constituição, todas as relações dos objetos no espaço e no tempo, e mesmo o espaço e o tempo desapareceriam, não podendo, como fenômenos, existir em si mesmos, mas apenas em nós. O que poderiam ser os objetos em si mesmos, apartados de toda essa receptividade de nossa sensibilidade, permanece inteiramente desconhecido para nós. Nós conhecemos apenas o nosso modo de percebê-los, que nos é próprio e que, embora presente em todo homem, não tem de sê-lo em todo ser (*KrV B 65*).

Para o filósofo, o conhecimento humano teria origem em dois troncos, a saber: na sensibilidade, a partir da qual os fenômenos seriam intuídos (dados) e no entendimento, o qual permitiria o pensamento unificado das diversas percepções de fenômenos. Em resumo, o processo cognitivo mais geral se caracterizaria da seguinte forma: espaço e tempo se constituiriam nas formas puras da sensibilidade humana (conseqüentemente, tudo o que fosse intuído estaria necessariamente enquadrado no espaço e no tempo). Toda experiência possível, por sua vez, teria que poder ser pensada enquanto parte de um contínuo, e não como um amontoado de percepções isoladas, o que seria possível graças aos conceitos puros (categorias) do entendimento, os quais promoveriam a síntese (ou unificação) da experiência diante de uma autoconsciência, ou “eu penso”. Espaço, tempo e categorias do entendimento viabilizariam algum conhecimento *a priori* a respeito da natureza, já que antecederiam os fenômenos, ao mesmo tempo em que fariam, obrigatoriamente, parte deles (*KrV B*).

A reflexão a respeito da forma humana de conhecer, fundamentada na sensibilidade e no entendimento, fez com que Kant delimitasse o conhecimento teórico ao encontro necessário entre intuições e conceitos:

Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas. Por isso, tornar sensíveis os conceitos (i.e., acrescentar-lhes o objeto na intuição) é tão necessário quanto tornar compreensíveis suas intuições (i.e., colocá-las sob conceitos) (*KrV B 75*).

Um dos resultados da *Primeira Crítica* foi delimitar a possibilidade do conhecimento, por parte da razão e no campo teórico, aos elementos fornecidos pela sensibilidade. Para além deles, somente se poderia conhecer da natureza os conteúdos nela inseridos pelo entendimento (com os seus princípios e categorias), aplicáveis somente ao domínio dos fenômenos. Assim, ficou descartada a possibilidade de conhecimento de ideias contidas na metafísica tradicional, como a liberdade, Deus e a alma. É preciso considerar que a reflexão dessa *Crítica* estava voltada a verificar como seria possível a metafísica enquanto ciência. Pode-se, portanto, concluir que os limites estabelecidos para a razão na *Primeira Crítica*, ao se aplicarem ao domínio do conhecimento da natureza como fenômeno, aplicam-se também para todas as ciências da natureza (vistas aqui como todas as disciplinas pertencentes à teoria da natureza, que será abordada mais adiante).

A *Crítica da Razão Prática* (1788) apresentou outra dimensão da Filosofia Crítica, a saber: a dimensão moral. Nesta, ao contrário do domínio teórico, existe um papel de atuação privilegiado para as ideias da razão pura, as quais ganham, na realidade, a força de postulados. Embora a sensibilidade não pudesse fornecer intuições sobre essas ideias numéricas (o que descartava o conhecimento teórico delas), elas teriam, em um sistema da razão pura prática, a capacidade de determinar a vontade humana, ganhando um objeto de ação (aplicabilidade). Na dimensão moral, a razão pura teria o poder de condução da vontade humana de forma incondicionada aos fatores empíricos: “[...] a *Crítica da razão prática* em geral tem a obrigação de deter a presunção da razão empiricamente condicionada de querer, ela só e exclusivamente, fornecer o fundamento determinante da vontade (*KpV* 5: 16). As ideias da razão pura, portanto, ganharam papel concreto de aplicação no campo moral: “Pois, se ela, enquanto razão pura, é efetivamente prática, prova sua realidade e de seus conceitos pelo ato [...]” (*KpV* 5: 3).

O fato dessas ideias possuírem aplicação somente no campo prático (de determinação da vontade humana), sem ampliar o conhecimento teórico, não implicou em tratamento secundário por parte do filósofo, pelo contrário, para Kant a razão no uso prático era muito mais elevada do que no uso teórico, embora juntas, ambas pudessem formar um sistema:

Portanto, na vinculação da razão especulativa pura com a razão prática pura em vista de um conhecimento, a última toma o primado [...] não se pode de modo algum exigir da razão prática pura estar subordinada à razão especulativa e, pois, inverter a ordem [...] (*KpV* 5: 121).

As ideias da razão pura aplicadas à esfera moral seriam: a existência da imortalidade da alma, da liberdade e de Deus:

Esses postulados são os da imortalidade, da liberdade, considerada positivamente [...], e da existência de Deus. O primeiro decorre da condição praticamente necessária da adequação da duração à completude do cumprimento da lei moral; o segundo, da necessária pressuposição da independência do mundo sensorial e da faculdade de determinação de sua vontade segundo a lei de um mundo inteligível, isto é, da liberdade; o terceiro, da necessidade da condição de um tal mundo inteligível para que exista o sumo bem mediante a

pressuposição do sumo bem independente, isto é, da existência de Deus (*KpV* 5: 131).

A ideia da liberdade seria a única condição estritamente necessária para que se pudesse colocar em prática os imperativos categóricos (um ser mecanicamente determinado não teria autonomia para mudar os cursos das suas ações, empiricamente condicionadas, a fim de agir conforme os preceitos da razão pura). A consciência da liberdade humana, ao contrário das demais ideias, seria dada de forma *a priori*, pois o conhecimento da lei moral implicaria em sua existência: “Mas a liberdade é também a única entre todas as ideias da razão especulativa de cuja possibilidade sabemos *a priori*, [...] porque ela é a condição da lei moral” (*KpV* 5: 4).

Resta observar, contudo, que embora na dimensão prática da Filosofia Crítica somente a ideia da liberdade se constituísse em condição necessária para a aplicação dos imperativos categóricos (nenhum interesse poderia subordinar a vontade racionalmente determinada a cumprir os imperativos categóricos), as ideias de Deus e da imortalidade da alma não podem ser simplesmente descartadas, como constituintes marginais da sua filosofia moral, pois dão coerência ao sistema moral, como será visto.

Com relação aos preceitos da razão para o agir moralmente (os imperativos categóricos), embora Kant não os tenha explicitado, prescreveu fórmulas para encontrá-los. Entre elas, destaca-se aqui a seguinte: “age de tal maneira que possas usar a humanidade, tanto em sua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (*GMS* 4: 429). O tratamento ao ser humano deveria seguir um nível moral elevado (as condutas moralmente corretas deveriam ter aplicabilidade universal).

A defesa dessa postura moral de alto nível de exigência se chocava fortemente com as condutas disseminadas em um mundo onde imperavam atividades como o escravagismo, que praticava exatamente o seu contrário: o uso do ser humano somente como meio. É importante observar que, embora o alto nível de formalismo da moral kantiana implicasse em elevado grau de exigência das condutas humanas, o pleno emprego dos imperativos categóricos seria algo inviável para seres imperfeitos, como os daquele momento histórico. Entretanto, uma vez que a razão apontava para essa necessidade, as condições para se pensar o cumprimento deles deveriam ser postuladas. Nesta perspectiva, ganhou então espaço, no sistema da razão pura prática, o postulado

da imortalidade da alma. Acontece que, sob a manutenção indefinida de uma personalidade no tempo, esta poderia progressivamente se aperfeiçoar em relação ao cumprimento dos ditames da lei moral:

Mas a plena conformidade da vontade a lei moral é santidade, uma perfeição da qual nenhum ente racional do mundo sensorial é capaz em nenhum momento de sua existência. Porém, visto que ainda assim ela é necessariamente requerida como prática, ela somente pode ser encontrada em um progresso que avança ao infinito em direção àquela conformidade plena, e é necessário, segundo princípios da razão prática pura, assumir um tal prosseguimento prático como o objeto real de nossa vontade.

Entretanto este progresso infinito só é possível sob a pressuposição de uma existência e personalidade do mesmo ente racional perdurável ao infinito (a qual se chama imortalidade da alma). Logo o sumo bem é praticamente possível somente sob a pressuposição da imortalidade da alma; por conseguinte esta, enquanto inseparavelmente vinculada à lei moral, é um postulado da razão prática pura [...] (*KpV* 5: 122).

Neste momento, estão demonstradas duas questões extremamente importantes da Filosofia Crítica em sua dimensão moral: I - Kant reconheceu ser impossível ao ser humano, na atual situação de progresso moral, obedecer plenamente aos imperativos categóricos (ter plena conformidade da vontade à lei moral, ou seja, santidade); II - A aquisição da santidade por parte dos seres humanos somente seria pensável mediante um processo de progresso infinito, pela continuação da existência da alma, mesmo após cessar a vida terrena. Isto significa, na prática, que a santidade da filosofia moral kantiana não seria uma meta crível para uma única vida (ou existência), embora devesse ser perseguida ao máximo. É preciso reforçar que o agir moralmente de forma plena é impossível a seres empiricamente condicionados. Pode ser estabelecida como uma meta, mas estéril sem o postulado da imortalidade da alma, o qual permitiria essa conquista em um momento indefinido. Kant é muito claro a esse respeito, embora esse postulado seja frequentemente ignorado.

Torna-se útil interrogar, agora, se o filósofo, na perspectiva teleológica da sua Filosofia Crítica, considerava que todos os seres humanos, em um mesmo período histórico, estavam em um mesmo estágio de progresso moral e cultural. A hipótese que se defende é negativa, ou seja, ele considerava que os seres humanos estavam em estágios morais e culturais distintos, embora todos caminhassem, graças à imortalidade,

para a realização futura do sumo bem (coincidência da virtude e do merecimento da felicidade com a própria felicidade).

Essa hipótese pode ser demonstrada a partir de uma análise da *Crítica da Faculdade do Juízo* (1790). Nela, Kant argumentou que o ser humano seria, em algum aspecto, o fim da natureza: “[...] temos razões suficientes para ajuizar o homem [...] como o último fim da natureza, em relação ao qual todas as restantes coisas naturais constituem um sistema de fins [...]” (KU 5: 429). Ora, ao propor um fim para a natureza, o filósofo não o estava fazendo mediante a razão teórica ou especulativa (que prescreve leis para a natureza), mas mediante o juízo reflexivo (que prescreve princípios sobre como o ser humano racional deve pensar). Não obstante, uma tensão surgiu diante da proposição do ser humano como fim da natureza, pois, embora ele fosse apontado como esse fim último, havia igualmente a constatação empírica de que este estaria sujeito às vicissitudes naturais, como todas as demais espécies de animais:

[...] é muito errôneo pensar que a natureza o tomou como seu preferido e o favoreceu em detrimento de todos os outros animais. Sobretudo o que acontece é que ela tampouco o poupou nos seus efeitos destrutivos como a peste, a fome, as inundações, o gelo, o ataque de outros animais grandes e pequenos [...] (KU 5: 430).

Apesar de a condição material do ser humano não o demonstrar como ser privilegiado diante das demais criaturas, Kant acreditava que algo nele se apresentava como fim último da natureza. Sendo então impossível apontar que essa finalidade seria a felicidade humana nesta vida, o filósofo estabeleceu o desenvolvimento da cultura como clímax de toda a teleologia da natureza:

[...] de todos os seus fins na natureza, fica somente a condição formal, subjetiva que é a aptidão de se colocar a si mesmo fins em geral e [...] usar a natureza como meio de acordo com as máximas dos seus fins livres em geral. [...] A produção da aptidão de um ser racional para fins desejados em geral (por conseguinte na sua liberdade) é a *cultura*. Por isso, só a cultura pode ser último fim [...] (KU 5: 431).

O processo de desenvolvimento cultural teria a função pedagógica de preparar o ser humano para um domínio onde a razão imperaria de forma plena (com os seus imperativos categóricos). Seriam símbolos desse desenvolvimento a ciência e as belas

artes:

[...] não é de ignorar o fim da natureza, que consiste em cada vez mais se sobrepor à grosseria e brutalidade daquelas tendências que em nós pertencem mais à animalidade e mais se opõem à formação da nossa destinação mais elevada (as inclinações para o gozo), para dar lugar ao desenvolvimento da humanidade. As belas artes e as ciências, que por um prazer universalmente comunicável e pelas boas maneiras e refinamento na sociedade, ainda que não façam o homem moralmente melhor, tornam-no porém civilizado, sobrepõem-se em muito à tirania da dependência dos sentidos e preparam-no, assim para um domínio, no qual só a razão deve mandar (*KU* 5: 433).

Estão explícitos, na reflexão teleológica kantiana sobre a natureza, alguns elementos importantes: I) o comportamento humano empiricamente condicionado (o domínio dos sentidos) deveria ser superado, afastando-o da “animalidade”; II) o desenvolvimento cultural teria uma função pedagógica no sentido de preparar os seres humanos para o domínio onde somente a razão mandaria (portanto, para viver o sumo bem); III) as ciências e as belas artes seriam exemplo de desenvolvimento cultural.

Ora, é evidente que a cultura europeia era, para Kant, a referência de maior desenvolvimento cultural humano naquele momento, afinal, nela as ciências estavam em franco processo de desenvolvimento. Conforme Louden: “[...] ele está claramente convicto que nós ‘devemos buscar pelo progresso contínuo da raça humana no ocidente’” (LOUDEN, 2007, p. 9, tradução nossa). Considerando que nem todas as pessoas ou sociedades se desenvolviam no domínio das artes e ciências europeias (algo demonstrado pela Geografia e Antropologia), logo, seria natural, nessa perspectiva do juízo reflexivo, encontrar uma gradação de desenvolvimento cultural entre os seres humanos (por sua vez relacionado ao desenvolvimento moral). De fato, o filósofo não somente apontou para a existência dessa gradação, como defendeu que a desigualdade socioeconômica entre os agrupamentos humanos seria benéfica para a humanidade, vista como um todo, mas também para as classes “mais atrasadas” (que receberiam parte do desenvolvimento cultural da classe mais elevada):

A habilidade não pode desenvolver-se bem no gênero humano, a não ser graças à desigualdade entre os homens, pois que a maioria cuida das necessidades da vida, como que de forma mecânica, para comodidade e ócio dos outros, sem que para isso necessite de uma arte especial, cultivando estes as partes menos necessárias da cultura, ciência e arte, mantendo aquela maioria num estado de opressão,

amargo trabalho e pouco gozo. Porém nesta classe vai-se espalhando muito da cultura da classe mais elevada. [...] Mas a brilhante miséria está ligada todavia ao desenvolvimento das disposições naturais e o fim da própria natureza, mesmo que não seja o nosso fim, é todavia atingido deste modo (*KU* 5: 432).

O tratamento gradativo que Kant dispensava aos mais diferentes povos, conforme o nível de desenvolvimento cultural foi constatado também por Louden:

Em sua visão, nossa vocação central é desenvolver as nossas capacidades e talentos racionais. Pessoas que ignoram esta obrigação moral fundamental de desenvolver as suas capacidades racionais e os talentos (e Kant acha que há muitos deles) enfrentam críticas muito duras (LOUDEN, 2007, p. 9, tradução nossa).

Fica assim demonstrado que na teleologia kantiana da natureza o desenvolvimento cultural sob o paradigma da razão é colocado como finalidade e a desigualdade entre os seres humanos se apresenta como um caminho progressivo de realização desse objetivo. Neste contexto, resta ainda uma questão a ser feita: conceber os seres humanos como pertencentes a estágios evolutivos moralmente e culturalmente diferentes, bem como se utilizar dessas desigualdades não representaria uma contradição à universalidade da moral kantiana e seus imperativos categóricos (os quais conduziam ao tratamento do ser humano sempre como fim e não como meio)? Ou posto de outro modo, a teleologia da natureza de Kant não entrava em contradição com o domínio prático da sua filosofia?

A tese que se apresenta é negativa. Basta lembrar que Kant reconhecia a imperfeição humana em relação aos imperativos da razão pura. Postulou, por isso, a imortalidade da alma, para que a santidade pudesse se concretizar progressivamente na eternidade (e não apenas no momento presente). A falta de consideração desse quesito tem levado pessoas a interpretarem, de forma equivocada, que os pensamentos de Kant a respeito da hierarquia racial e da funcionalidade do colonialismo e escravagismo entrariam em choque com a sua própria filosofia moral (mas a filosofia moral kantiana não era somente para esta vida, mas para outras, e visto nesse aspecto temporal mais

amplo, o que poderia parecer uma contradição moral, resolve-se logicamente em um processo na eternidade³).

Em suma, para Kant o que poderia parecer o mau, apresentar-se-ia também como um agente de cumprimento dos fins da natureza em um processo histórico, portanto, do bem. Nesse sentido, elementos como a escravidão e o colonialismo poderiam conviver com uma filosofia moral que somente teria plena realização em um futuro indefinido. Embora McCarthy (2009) tenha enxergado a questão do papel do mau na produção do bem em Kant, não considerou o papel das ideias da imortalidade e de Deus na filosofia prática e teleológica do filósofo, o que faz toda a diferença em relação a suposta contradição lógica:

Em suma, “a natureza utiliza o mau para alcançar o bem”. Esta pode parecer uma combinação estranha até nos lembrarmos que muitos autores do século XVIII – de Mandeville e Smith a Rousseau e Turgot – lutavam com o problema daquilo a que se poderia chamar “a dialética do progresso”, ou seja, o emaranhado inextricável do bem e do mau no desenvolvimento humano [...]. A versão de Kant desta invoca “o plano oculto da natureza” ou “a Providência”, que sistematicamente transforma o mau em bem (McCARTHY, 2009, p. 59, tradução nossa).

Vale lembrar que a finalidade da natureza (conforme a perspectiva teleológica contida na Filosofia Crítica) não seria a felicidade humana, como também não seria a dos imperativos categóricos. Todavia, o agir moralmente tornaria as pessoas dignas da felicidade. Kant postulou então no domínio prático a existência de Deus. Este seria necessário para a concretização do sumo bem. Por meio dele, a concordância entre a felicidade e a moral, inviável no atual momento histórico de progresso moral e natural, seria em algum momento possível:

³ A filosofia moral kantiana impunha o tratamento dos seres humanos sempre como fins. A defesa da escravidão, por exemplo, que se sabe que Kant chegou a fazer não representaria uma contradição? Não, pois a filosofia moral kantiana não se constitui somente dos imperativos categóricos, mas igualmente de conceitos (ideias como a imortalidade) operacionais que permitem destinar todos os seres humanos ao sumo bem futuro. Pessoas em “condições morais subalternas” nesta vida poderiam se aperfeiçoar na eternidade. Se o escravagismo permitia o desenvolvimento de uma classe culturalmente mais elevada, com benefícios progressivos para os demais, logo, ele estaria supostamente justificado pela dimensão teleológica da Filosofia Crítica sem entrar em contradição com o domínio moral. A filosofia moral kantiana jamais exigiu que todos os imperativos categóricos fossem plenamente aplicados pelos seres humanos nesta vida, embora exigisse que o fossem por seres plenamente guiados pela razão (o que não era o caso de seres humanos finitos).

Essa mesma lei tem de remeter também [...] à possibilidade do segundo elemento do sumo bem, a saber, a felicidade adequada àquela moralidade, ou seja, à pressuposição da existência de uma causa adequada a esse efeito, isto é, postular a existência de Deus como necessariamente pertencente à possibilidade do sumo bem [...] (*KpV* 5: 124).

A adoção de ideias como a liberdade, a imortalidade da alma e Deus pode parecer um tanto estranha diante de uma perspectiva empirista, mesmo no domínio prático (isso talvez explique o fato de as duas últimas serem frequentemente ignoradas nas análises). Não obstante, a filosofia moral kantiana não é empirista, ao contrário, o filósofo rechaçou o empirismo como algo mais nocivo do que o próprio misticismo no domínio prático:

Entretanto o resguardo contra o empirismo da razão prática é muito mais importante e recomendável, porque o misticismo ainda é compatível com a pureza e sublimidade da lei moral; o empirismo extermina na raiz a moralidade de disposições [...] o empirismo é por isso muito mais perigoso que toda a insânia da razão [...] (*KpV* 5: 71).

3. A Geografia Física, as diferentes raças humanas e o uso da teleologia

Foi demonstrado até aqui que no domínio teórico da Filosofia Crítica as explicações sobre a natureza teriam que se ater aos fenômenos, o que excluiria qualquer teleologia natural. No domínio prático, as ações moralmente corretas eram muito elevadas para as condições atuais dos seres humanos, porém, essa filosofia poderia conviver com seres moralmente imperfeitos por um tempo indefinido e apontava para a destinação final de todos como sendo o sumo bem, também em um tempo indefinido. A teleologia da natureza, por sua vez, revelou que o destino da humanidade passa pelo desenvolvimento cultural e que este pode se concretizar, no futuro, mediante a desigualdade entre os humanos no tempo presente. Com esses apontamentos em mente, torna-se possível verificar, em um primeiro momento, as características do curso de Geografia Física de Kant, para depois avaliar a relação dele com esses aspectos da Filosofia Crítica.

3.1. O Curso de Geografia Física

Como já mencionado na introdução, Immanuel Kant trabalhou com temas de outros campos do conhecimento, tal como a Geografia. Muito já foi escrito sobre esta

última temática no meio acadêmico. Como exemplo, tem-se o trabalho apresentado por Tatham (1960) que fez um retrato geral das contribuições do filósofo para essa ciência. O autor concluiu corretamente que a grande contribuição de Kant foi de cunho conceitual e pode ser resumida à parte introdutória da obra que buscou retratar o seu curso de Geografia Física (este foi ministrado de 1756 a 1796, longo período que cobriu tanto a fase pré-crítica do filósofo quanto sua fase crítica).

Embora não tenha publicado um livro próprio sobre Geografia (mesmo com um relacionamento tão longo com a disciplina), Kant autorizou, já no final da sua vida, que Friedrich Theodor Rink reunisse suas anotações e as dos seus alunos e editasse uma obra sobre o seu curso. Para se ter uma ideia da importância da Geografia para o exercício acadêmico de Kant, ela foi a terceira disciplina mais ensinada pelo filósofo (um total de 49 vezes). Somente lógica (56 vezes) e metafísica (53 vezes) foram ensinadas mais frequentemente. Cabe mencionar que Erich Adickes se tornou a principal referência sobre as características apresentadas pela edição de *Geografia Física*⁴ (ele promoveu uma pesquisa detalhada da obra editada por Rink). Adickes concluiu que os textos dos capítulos 1 ao 52, do primeiro volume, datavam dos anos 1775 e 1778 (com exceção dos capítulos 11 e 14). Tais textos possuíam correções marginais de Kant, sendo, portanto, os mais convincentes a respeito dos seus pensamentos, com destaque para a introdução. Os textos a partir do capítulo 53 do primeiro volume, e todos do segundo volume, seriam mais antigos, remontando para antes de 1760 (HARTSHORNE, 1939); (WATKINS; REINHARDT, 2012).

Vale lembrar que existem também outras obras e materiais que podem ajudar a caracterizar os ensinamentos de Kant nesta disciplina, tais como os anúncios do curso de Geografia Física e anotações descobertas que não fizeram parte da publicação original (PG 9).

3.2. *A Geografia Física como parte da Teoria da Natureza, sujeita aos limites da experiência possível*

Com grande maestria conceitual, a introdução da obra *Geografia Física* expôs o lugar da Geografia entre os demais ramos do conhecimento: “[...]todo nosso conhecimento deve ser alocado em seu próprio lugar. Mas o conhecimento da

⁴ PG 9

experiência pode ser classificado tanto conforme os conceitos ou de acordo com o tempo e o lugar onde está realmente situado” (PG 9: 159, tradução nossa). Enquanto disciplinas sistemáticas, como a Mineralogia e a Botânica, abordavam os fenômenos da natureza a partir de conceitos, a História e a Geografia abordavam os mesmos, respectivamente, conforme o tempo de ocorrência e o espaço onde eram encontrados: “[...] a História e a Geografia estendem nosso conhecimento em relação ao tempo e ao espaço. [...]. A Geografia se preocupa com fenômenos que ocorrem simultaneamente no espaço” (PG 9: 159, tradução nossa). Com relação à Geografia Física, ela foi caracterizada da seguinte forma no plano de anúncio do curso de 1757:

A Geografia Física meramente considera as características naturais do globo e as coisas que se encontram sobre ele: os mares, as terras secas, as montanhas, os rios, a atmosfera, os seres humanos, os animais, as plantas e os minerais (EACG 2: 3, tradução nossa).

Em *Geografia Física*, Kant acrescentou ainda que essa disciplina se trata de: “[...] uma exposição geral da natureza (PG 9: 164). Já nos *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza* (MAN 4), Kant propôs a divisão da Teoria da Natureza entre *doutrina histórica da natureza* (descrição da natureza por classificação), *história da natureza* (exposição sistemática de fatos conforme o tempo e o lugar) e *ciência da natureza* (própria e imprópria). Para o grau de desenvolvimento da Geografia na época, parece correto concebê-la como parte da *doutrina histórica da natureza* (especialmente a Geografia Física, que abordaria os fatos naturais sistematicamente conforme o espaço ou lugar). Mas dentro do corpo maior proposto pelo filósofo, ela certamente pertencia à teoria da natureza. A natureza, por sua vez, seria um fenômeno limitado às condições da experiência possível:

Toma-se, porém, a natureza também em sentido material, não como uma maneira de ser, mas como o complexo de todas as coisas enquanto podem ser objetos dos nossos sentidos e, por conseguinte, também objetos da experiência; entende-se, pois, por essa palavra a totalidade de todos os fenômenos, ou seja, o mundo dos sentidos, com exclusão de todos os objetos não sensíveis (MAN 4: 467).

Ora, se a Geografia Física se constituía em uma exposição sistemática da natureza conforme o lugar (ou espaço), e a natureza se restringia aos fenômenos no

domínio teórico, logo, a abordagem geográfica deveria se ater às condições da experiência possível. Isto significa que a abordagem teleológica ou do domínio prático não deveria fazer parte dela ou influenciar em suas análises. Mas não foi isso que aconteceu, como será demonstrado.

3.3. *A questão das raças e a aplicação de princípios teleológicos no ensino da Geografia Física*

A partir de 1775, Kant começou a desenvolver, de forma mais elaborada, seu conceito de raça humana. Nesse ano, ao anunciar seu curso de Geografia Física, publicou um ensaio intitulado *Das diferentes raças dos homens para anunciar as palestras de Geografia Física no verão do meio de ano de 1775 por Immanuel Kant, Professor ordinário de Lógica e Metafísica* (ZÖLLER; LOUDEN, 2007, p. 82). Nesse ensaio, o filósofo defendeu que todos os humanos faziam parte de apenas uma espécie, fundamentado no conceito de Buffon de que os animais seriam da mesma espécie se gerassem filhos férteis. Todavia, haveria 4 raças de seres humanos (brancos, negros, mongóis e hindus) a partir das quais todas as características étnicas dos povos derivariam. As características das raças permaneceriam por muito tempo, mesmo que ocorresse uma mudança na região de habitação para área de clima distinto, devido à transmissão de elementos hereditários. As diferentes raças teriam como origem o processo de adaptação da natureza aos diferentes elementos regionais:

É admirável este cuidado da Natureza em equipar a sua criatura, através de disposições interiores ocultas, para todos os tipos de circunstâncias futuras, para que ela possa preservar o seu lugar e ser adequada à diferença do clima ou do solo [...].
Chance ou as leis mecânicas universais não poderiam produzir tais acordos [...] (VvRM 2: 434, tradução nossa).

A correlação entre o que Kant considerava raças com as distintas características naturais das regiões terrestres (portanto, uma constatação geográfica) fez com que o filósofo sentisse a necessidade de pensar uma natureza a qual não seria explicável somente pelo mecanicismo cego, mas que exigiria também o uso de princípios teleológicos na reflexão. Essa leitura filosófica e geográfica se refletiu na *Crítica da Faculdade do Juízo*, como bem constatado por Ribas e Vitte:

Kant formulou a *Terceira Crítica* em razão de algumas lacunas por ele sentidas. [...] e quem despertou nosso sublime filósofo para o reconhecimento de tais lacunas foi a “natureza”.

[...] O próprio Kant reconhece que, na *Crítica da Razão Pura*, ele abordou a “natureza” tão somente a partir do que o entendimento prescrevia *a priori* como lei para ela, isto é, enquanto um complexo de fenômenos [...] (RIBBAS; VITTE, 2009, p. 110).

É fundamental observar que, nos textos mais antigos da *Geografia Física*, já era possível perceber que o filósofo acreditava que as diferentes cores da pele humana eram o resultado da variação climática entre as várias regiões da Terra: “[...] Porque a cor dos seres humanos perpassa por todas as tonalidades de amarelo, castanho e castanho escuro, finalmente tornando-se negra nas zonas tórridas, é óbvio que o clima é a causa” (PG 9: 314). Essa era uma tentativa de explicação das causas das diferentes cores dos seres humanos de forma naturalista. Esse entendimento se contrapunha às crenças populares de origem antiga. Muitos criam, por exemplo, que a cor negra era o sinal da maldição de Deus aos filhos de Cam⁵. Oliveira esclareceu que:

Vários autores do século XV [...] defendiam que o próprio aspecto físico de Cam, que aparece em várias representações iconográficas como negro, era um sinal externo da maldição divina. Seus descendentes carregariam também a negritude como sinal desse castigo, sendo que parte dessa condenação seria a de viver em uma região de excessivo calor, que contribuía ainda mais para “esturricar” a sua pele, deixando-a com a cor que lembrava trevas [...].

A filiação dos negros a Cam teve notoriedade nos manuais religiosos cristãos até pelo menos o século XIX, abrindo um campo muito fértil aos defensores da inferioridade das populações negras [...] (OLIVEIRA, 2018, p. 36).

Aparentemente, o filósofo negou categoricamente em seu curso que existiam razões para se considerar que a cor negra seria o sinal da maldição de Deus, e não a cor branca, refutando a crença popular (ou seja, não se pode dizer que Kant foi refém dos pensamentos do seu contexto histórico e geográfico. Ele teve a iniciativa de ir além). Conforme suas palavras sobre a questão:

Alguns acreditam que Cam foi o pai dos mouros e que foi punido por Deus com uma cor negra, que agora é transmitida aos seus descendentes. Mas não se pode elencar nenhuma razão para que a cor

⁵ Filho de Noé que, no relato bíblico, avistou o pai nu e teve seus filhos amaldiçoados por isso.

negra seja mais adequada para ser o sinal de uma maldição do que a branca (PG 9: 313, tradução nossa).

Essa atitude pode parecer, atualmente, digna de um gênio da filosofia e da ciência. Porém, no mesmo curso, desde tempos mais tenros, ele defendeu uma suposta supremacia da raça branca diante das outras:

Nas zonas tórridas, os humanos amadurecem muito mais rápido, em todos os aspectos, do que nas zonas temperadas, mas eles falham em alcançar o mesmo [grau de] perfeição. A humanidade tem o seu mais elevado grau de perfeição na raça branca. Os indianos amarelos possuem algo a menos de talento. Os negros estão mais abaixo, e os menos desenvolvidos de todos são parte das raças americanas (PG 9: 316, tradução nossa).

Percebe-se nessa passagem que, embora buscasse evitar as explicações populares religiosas para a questão das raças, a análise geográfica de Kant misturou a descrição empírica (diferentes cores de peles conforme as diferentes zonas climáticas) com concepções filosóficas de natureza teleológica, as quais culminaram na hierarquização das diferenças raças da Terra. Aqui a mistura entre uma ciência empírica e uma filosofia teleológica é clara, ainda que date de época anterior ao desenvolvimento da sua Filosofia Crítica (mas que se demonstrará que permaneceu após o salto crítico)⁶.

Poder-se-ia, a princípio, argumentar que a fonte dessas últimas declarações não seria muito representativa (já que o livro a respeito do curso não foi diretamente preparado por Kant, bem como o segundo volume seria constituído por materiais mais antigos). Essa tentativa de salvar a reputação do filósofo, contudo, não prospera, já que ele demonstrou a mesma postura racista em outras obras (tanto mais próximas do começo de sua carreira quanto em textos mais tardios). No ensaio introdutório ao seu curso, de 1775⁷, ele se utilizou de algo conhecido atualmente, no meio acadêmico

⁶ Verifica-se que a leitura geográfica de Kant sobre as raças era realizada pela mediação do pensamento filosófico teleológico. Apenas com a observação dos dados que apontariam para a existência de diferentes raças (que se faça essa concessão), Kant não poderia eleger uma raça superior a outra, sem que, para tanto, pudesse supor uma finalidade moral ou cultural (meta de evolução) para os seres humanos na natureza. Assim, possuindo filosoficamente essa meta, realizou uma gradação das raças que se fez presente também no âmbito da Geografia Física. Dessa forma, os dados empíricos recolhidos ou obtidos, forneciam-lhe as intuições empíricas para o preenchimento dos seus conceitos filosóficos. Fica evidenciado, portanto, a profunda relação entre filosofia e disciplinas empíricas (entre as quais a Geografia) na produção kantiana.

⁷ Cerca de cinco anos após a dissertação que preparou o caminho para a Filosofia Crítica.

geográfico, como determinismo geográfico, a fim de tentar justificar o seu pensamento racista:

Aliás, o calor úmido é benéfico para o crescimento robusto dos animais em geral e, em resumo, isso resulta no negro, que é bem adequado ao seu clima, a saber: forte, carnudo, flexível, mas que, dada a abundante provisão de sua mãe terra, é preguiçoso, mole e insignificante (*VvRM* 2: 438, tradução nossa).

No curso de Geografia Física, com data provável de 1782, Kant chegou a se demonstrar favorável mesmo ao colonialismo europeu na Índia, supondo que o estágio de desenvolvimento atingido pelos europeus faria da população indiana um povo mais feliz:

Esse povo merece um destino melhor do que o atual, porque é um povo muito manejável e fácil de governar! O destino atual da Índia depende um pouco tanto dos franceses como dos ingleses, mas essa medida é certa, que se ela fosse governada por um soberano europeu, a nação se tornaria mais feliz (*V-PG*, Doenhoff: 178).

Em obra de 1788 (*Sobre o uso de princípios teleológicos em filosofia*), Kant resgatou a retórica racista de forma bem similar à que apareceu na *Geografia Física*. Segundo ela, os nativos americanos estariam abaixo dos negros em uma gradação de perfeição:

O fato de sua disposição natural não alcançar uma adequação perfeita a qualquer clima pode ser visto pela circunstância de que quase nenhuma outra razão pode explicar o motivo pelo qual essa raça, que é muito fraca para trabalhos forçados, muito indiferente para a indústria e incapaz de qualquer cultura - embora exista o suficiente como exemplo e incentivo nas proximidades - ainda está muito abaixo do negro [...] (*ÜGTP* 8: 175, tradução nossa).

Em *Observações sobre o sentimento do belo e sublime*, publicado em 1764, encontra-se mais uma terrível declaração do filósofo, o qual buscava fundamentar o seu racismo em supostos dados empíricos:

Os negros da África não têm por natureza nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O Sr. Hume desafia qualquer um a apresentar um único exemplo onde um negro demonstrou talentos, e afirma que,

entre as centenas de milhares de negros que foram transportados dos seus países para outros lugares, embora muitos deles tenham sido colocados em liberdade, no entanto, nunca foi encontrado um único que tenha realizado algo de grande na arte ou na ciência ou mostrado qualquer outra qualidade louvável, enquanto entre os brancos há sempre aqueles que se levantam das posições mais baixas e através de dons extraordinários ganham respeito no mundo. A diferença entre esses dois tipos de seres humanos é muito essencial, e as diferenças das capacidades da mente parecem ser tão grande como é em relação à cor (GSE 2: 253, tradução nossa).

Fala semelhante foi utilizada no curso de Geografia Física de 1792, portanto, após a publicação de suas três críticas:

Hume diz que entre os vários 1.000 negros que, gradativamente estão sendo libertados, não há exemplo de alguém que tenha se sobressaído em habilidade especial. Algo essencial no caráter dos negros é uma espécie de vaidade e arrogância, assim, nenhum que tenha sido solto trabalha o campo, ele prefere aceitar uma casa de macaco, ou se tornar um servo (V-PG Dohna: 105, tradução nossa).

Ainda no curso de 1792, os negros foram caracterizados como tendo sido criados para o trabalho duro nas “Ilhas do Açúcar”: “Os antigos habitantes indígenas [...] podem tolerar esse tipo de trabalho tão pouco como os europeus, somente os negros foram criados para isso [...]” (V-PG Dohna: 241).

Essas diferentes passagens, em obras e materiais diversos, reforçam a veracidade do conteúdo de hierarquia racial exposto já no segundo volume de *Geografia Física*. Como se estima que este tenha sido proposto antes de 1760 e, como demonstrado, seu conteúdo central reapareceu em inúmeras formas e diversos materiais, inclusive dos anos 1790, logo, se conclui que o racismo kantiano precedeu sua etapa crítica e nela permaneceu. É importante observar, sem querer praticar o anacronismo de comparar as atuais condições sociais em relação a temática racial com as do século XVIII, que há uma concordância de que até cerca de 1795, Kant foi um defensor, não somente da escravidão dos não brancos, mas também do colonialismo, e isso mesmo frente as contestações de outros intelectuais da época:

Kant não só considerou a “raça” como um tópico de preocupação filosófica explícita, ao qual consagrou várias das suas publicações, ele defendeu também a sua teoria contra os ataques de alguns dos principais intelectuais de seu tempo. [...] Kant reafirmou o seu apoio a

uma hierarquia racial - por acaso, ele escreveu esse texto⁸ apenas meses depois de ter publicado *A Crítica da Razão Prática* [...] (p. 49). Em suma, em vez de mudar a sua opinião sobre a hierarquia racial face aos desafios articulados dos principais intelectuais do seu tempo, Kant persiste em apoiar o colonialismo europeu e a escravatura não branca (KLEINGELD, 2014, p. 50).

É preciso reconhecer ainda que existe uma polêmica que gira em torno de uma possível mudança de mentalidade por parte de Kant, a respeito desses temas, no final da sua vida (a partir de meados da década de 1790). A seu favor, o tom adotado em *À paz perpetua (ZeF)*⁹, de 1795, sobre a escravidão (KLEINGELD, 2014).

4. As relações entre a Geografia Física, os limites do conhecimento teórico e prático, a teleologia e a hierarquia racial

Demonstrou-se até aqui que a leitura geográfica de Kant possuía pontos racistas, indicando que em sua práxis científica do ensino da Geografia Física, o filósofo não operacionalizou tão bem a separação entre: I) o domínio teórico – de se ater aos fatos empíricos e às categorias do entendimento; II) o domínio prático – de se colocar fins para as ações humanas somente neste domínio; III) e a perspectiva crítica da teleologia natural – de atribuir finalidade ao pensamento da natureza, mas não no domínio teórico. Ocorria uma verdadeira mistura dessas perspectivas em seu ensino de Geografia Física.

Devemos considerar que o máximo a que uma leitura empírica das características dos povos no espaço geográfico poderia conduzir, no âmbito científico e da razão teórica, seria à conclusão da existência de diferenças culturais entre os povos, mas não de valoração dessas diferenças, já que isso implicaria assumir finalidades na natureza e meta nas ações humanas (uma cultura somente poderia ser superior se houvesse uma finalidade a ser atingida), o que estaria além dos limites da Teoria da Natureza, como estabelecido pela dimensão teórica da Filosofia Crítica. Apesar disso, demonstrou-se que em suas atividades de ensino científico da Geografia Física, Kant frequentemente transgredia esses limites, ao não se ater às características físicas das supostas raças, promovendo a hierarquização destas.

⁸ Trata-se do texto “*Sobre o uso de princípios teleológicos em filosofia*” publicado em 1788, como resposta às críticas de Georg Forster.

⁹ Novamente falando sobre as Ilhas do Açúcar, o tom sobre a escravidão mudou ([...] que as Ilhas do Açúcar, esse lugar da mais cruel e concebível escravidão, não conduziu a um lucro real [...]) (*ZeF* 8: 359).

Isto ocorria por influência das perspectivas moral e teleológica da sua filosofia. Assim, pode-se apontar que as leituras geográficas de Kant não podem ser consideradas como fundamentadas apenas em dados empíricos rigorosos (nos padrões da época) ou nos conhecimentos transcendentais mediante o entendimento e a sensibilidade, mas foram baseadas também em concepções metafísicas teleológicas, que foram de alguma forma geradas antes do seu período crítico e preservadas em sua fase crítica. Assim, pode-se afirmar que a dinâmica interativa entre Geografia Física e Filosofia era constante na vida do filósofo, uma dialogando e interferindo na outra. Os dados empíricos trazidos pelas ciências da natureza forçavam o filósofo igualmente a repensar sua filosofia, haja vista a necessidade de trazer o princípio teleológico para a reflexão crítica da natureza.

Tendo sido demonstrado que houve uma contradição entre os limites do conhecimento teórico determinados pela *Primeira Crítica* e o ensino praticado por Kant no curso de Geografia Física, torna-se necessário avançar para a segunda questão, isto é, se a razão prática kantiana poderia ser compatível com o seu racismo teleológico, expressado também no campo científico. Aqui a melhor resposta, como se demonstrará é que a Filosofia Crítica, na dimensão prática, não é incompatível com o racismo, e mesmo classismo ou colonialismo kantiano. A hipótese adotada é de que ela foi formatada considerando essas variáveis. Isto não significa dizer que a filosofia moral de Kant em si seja racista, classista ou mesmo colonialista, mas tão somente que ela apresenta elementos conceituais que permitem recepcionar esses aspectos por um tempo indefinido.

É verdade que deparar-se com as declarações racistas de Kant pode ser uma verdadeira causa de choque para alguns: “[...] é difícil não ficar chocado e desapontado quando se aprende sobre as declarações racistas de Kant [...]” (BERNASCONI, 2011, p. 291, tradução nossa). Ocorre que a pretensão universalista da Filosofia Crítica kantiana e o elevado padrão moral de tratamento dos seres humanos, como um fim e nunca como um meio, pareceu (equivocadamente) se contradizer com os seus posicionamentos “científicos” de hierarquizar as raças e classes sociais, submetendo as que considerava inferiores à descrições e considerações bastante rudes e até condenáveis.

Bernasconi (2011) citou vários autores que tentaram evidenciar que Kant teria abandonado seu conceito de raça e sua postura racista no final da sua vida. Para ele, tais

esforços seriam naturais diante do choque que é verificar que o filósofo claramente mantinha suas posições nos anos de 1780, portanto, em seu período crítico. Para Bernasconi: “[...] quando lemos hoje a filosofia moral madura de Kant de forma isolada do que sabemos sobre sua visão, tanto a respeito da própria raça quanto das diferentes raças, achamos difícil imaginar que ela poderia coexistir com o racismo” (BERNASCONI, 2011, p. 292, tradução nossa). Louden, por sua vez, também reconheceu que a questão das raças em Kant trouxe embaraços:

Como podemos reconciliar o Kant que clama que os nativos ‘Americanos e negros não podem governar a si mesmos. Por isso, servem somente como escravos’ com o Kant que proclama que ‘o ser humano e no geral todo ser racional existe como um fim em si mesmo, *não meramente como um meio* a ser usado [...]?’” (LOUDEN, 2011, p. 152, tradução nossa)¹⁰.

Ainda para Louden, existiriam três posicionamentos a respeito do suposto choque entre a filosofia moral kantiana e seu racismo: I - Kant teria um “universalismo inconsistente”, com seus compromissos morais sendo mais centrais do que os racistas; II - Kant teria um “não igualitarismo consistente”, com suas posturas racistas predominando sobre os preceitos morais; III - Kant, de fato, apresentou uma contradição no começo, porém, tardiamente abandonou a hierarquia racial, tendo triunfado seu universalismo e igualitarismo¹¹.

Não obstante às frequentes tentativas de se redimir Kant de suas posições racistas, Bernasconi taxativamente defendeu que: “Os filósofos precisam pensar menos em salvar a reputação dos filósofos do passado e mais sobre o caso de que as teorias

¹⁰ Conforme as anotações de antropologia: (Branco:) contêm todas as fontes naturais de motivação em afetos e paixões, todos os talentos, todas as predisposições à cultura e à civilização e podem obedecer e governar.

Eles são os únicos que progredem constantemente em direção à perfeição. [...].

O negro pode se tornar disciplinado e cultivado, mas nunca verdadeiramente civilizado. (ele cai por si mesmo na selvageria).

Todas as raças serão exterminadas (americanos e negros não podem governar a si mesmos. Assim, servem apenas como escravos) com exceção dos Brancos. A teimosia dos índios em seus costumes é a razão pela qual eles não se misturam com os Brancos em um único povo. Não é bom que eles se misturem. Espanhol no México.

Sobre a raça dos Brancos, que promoveu toda a revolução no mundo. Os nômades só trouxeram revoluções violentas, não as sustentáveis... Nossa história (antiga) do homem procede de forma confiável apenas da raça branca (HN 15: 878).

¹¹ Propõem-se aqui uma alternativa IV: Kant possuía um não igualitarismo consistente, com suas posturas racistas predominando sobre os preceitos morais, mas sem contradizê-los (sem descartar a possibilidade de abandono da hierarquia racial no final de sua vida).

morais estão divorciadas da prática” (BERNASCONI, 2011, p. 296, tradução nossa). Não parece, contudo, ser o caso de que a filosofia moral de Kant se contradizia com o seu ensino, guiado por uma teleologia natural favorável ao racismo, classismo e ao colonialismo. A chave dessa não ruptura e que já foi apontada no item 2, está nos postulados da razão pura prática, que não podem ser relegados a segundo plano.

Assim, torna-se importante, neste momento, resgatar alguns pontos centrais já demonstrados sobre a dimensão prática da Filosofia Crítica e da perspectiva teleológica da reflexão sobre a natureza: I - a lei moral possuiria uma universalidade incondicionada; II - os seres humanos não seriam totalmente perfeitos, precisando da imortalidade da alma para poderem se aperfeiçoar ao longo de um tempo indefinido; III - a felicidade do ser humano não seria o objetivo da natureza, mas sim o desenvolvimento da cultura, como preparação para o domínio da razão; IV - mesmo com as desigualdades, as classes inferiores poderiam ser beneficiadas com lampejos culturais gerados pelas classes superiores. V - Todos poderiam ser felizes, quando vivessem o sumo bem, em algum momento da eternidade (ou seja, a felicidade futura poderia ser pensada como destinada a todas as raças, ainda que não no presente momento). Diante desse contexto, é evidente, em termos exclusivamente lógicos, a possibilidade de se conciliar a filosofia moral kantiana e suas colocações racistas teleológicas (o que não significa endossá-las). Uma tentativa de reconstrução do que poderia, realmente, pensar o filósofo se segue.

O fato de classes de pessoas e raças serem menos perfeitas nesta vida não as impediriam de se aprimorarem em uma vida futura (todos os seres humanos poderiam estar destinados ao sumo bem). Já o pleno acesso à felicidade também seria inviável nesta vida, que deveria priorizar o desenvolvimento moral e, conseqüentemente, cultural. Se a desigualdade e a subjugação permitissem avançar a cultura, logo, ela não seria incompatível com a filosofia moral quando vista em um todo temporal mais abrangente (seria o remédio amargo que conduziria para o bem). Em algum tempo futuro, Deus iria garantir o sumo bem (coincidência da moralidade e merecimento da felicidade com a própria felicidade) a todos que tivessem desenvolvido as virtudes da razão. Vale lembrar que o próprio Kant poderia se considerar ainda um ser imperfeito frente a prática dos imperativos categóricos, o que não invalidaria as proposições práticas a longo prazo. Assim, mesmo que sua filosofia moral não colocasse o racismo

em si, justificaria¹² o comportamento ainda errante nesta vida (do filósofo, dos colonizadores e senhores). A incoerência lógica definitivamente não está entre a filosofia moral kantiana, sua teleologia natural e seus ensinamentos geográficos sobre as raças (que podem e devem ser condenados, se não no todo, em partes que conduzem ao desrespeito e crueldade com o próprio ser humano), mas surgiu e surge sempre que se busca interpretar sua filosofia moral excluindo das considerações parte dos postulados da razão pura prática (além da liberdade, Deus e a imortalidade da alma) e suas consequências metafísicas.

Essas considerações, longe de serem apenas especulativas, parecem mostrar certa continuidade dos pensamentos de Kant em relação ao seu período pré-crítico, no qual ele já estabelecia os conceitos de uma alma imortal, a qual poderia se aperfeiçoar, inclusive em outros “mundos”. Em sua *História universal e teoria do céu* (NTH), o filósofo se deu a liberdade de especular sobre a possibilidade de vida em outros planetas do Sistema Solar. Kant defendeu então a existência de uma lei teleológica da natureza, segundo a qual: “tudo que tem um começo, está constantemente se aproximando de seu fim e está o mais próximo deste, quanto mais se distancia de seu ponto inicial” (NTH 1: 353). Prosseguindo seu raciocínio, Kant identificou na matéria um obstáculo para o aprimoramento humano: “Se examinamos a causa dos obstáculos que prendem a natureza humana em tal estado de degradação, elas poderão ser encontradas na grosseria da matéria, na qual sua parte espiritual está imersa” (NTH 1: 356). Se por um lado a matéria estaria relacionada à imperfeição do espírito, por outro, Kant supôs que a constituição material dos seres vivos possuía uma relação com a distância do Sol, modificando-se com esta: “esta constituição específica da matéria tem uma referência essencial ao grau de influência com que o Sol os anima na proporção de sua distância e os prepara para o desempenho da economia animal” (NTH 1: 358). Para Kant, quanto mais distante do Sol, menos a constituição material seria capaz de afetar a perfeição potencial dos seres racionais:

Se, portanto, estas capacidades intelectuais dependem do material da maquinaria na qual habitam, poderemos concluir com uma conjectura mais do que provável: que a excelência das naturezas pensantes, a agudeza de suas ideias, a clareza e vivacidade dos conceitos que recebem através de impressões externas, juntamente com a faculdade

¹² Não no sentido de endossar, mas de suportar por um tempo indefinido.

de colocá-los juntos, e finalmente também a agilidade no exercício real, em suma, toda a extensão de sua perfeição está sob uma certa regra, segundo a qual eles se tornam cada vez mais excelentes e perfeitos na proporção da distância de seus domicílios em relação ao Sol (*NTH* 1: 359, tradução nossa).

Ora, se a perfeição dos seres racionais se realizaria em proporção da distância em relação ao Sol, evidentemente os seres humanos não poderiam ser nem os menos perfeitos e nem mesmo os mais perfeitos em um contexto mais abrangente (portanto, nem mesmo os brancos poderiam ser considerados como superiores em absoluto):

A natureza humana, que ocupa por assim dizer o degrau do meio na escada dos seres, se vê entre os dois limites extremos da perfeição, igualmente distante de ambas as extremidades. Se o ideal das mais sublimes classes de criaturas racionais que habitam Júpiter ou Saturno desperta seu ciúmes e a humilha pelo conhecimento de sua própria baixaza, então ela pode ser satisfeita novamente e confortada pela visão dos estágios baixos nos planetas Vênus e Mercúrio, que estão muito abaixo da perfeição da natureza humana (*NTH* 1: 359, tradução nossa).

Considerando que a alma seria imortal, Kant se questionou se os humanos não poderiam, em momentos que se encontrariam além da vida terrena, habitarem nas esferas de vida de maior possibilidade de perfeição (mais distantes do Sol), indicando a possibilidade de um movimento progressivo dos humanos rumo a uma perfeição futura, o qual se realizaria em uma transcendência da vida na Terra.

Deveria a alma imortal permanecer para sempre ligada a este ponto do espaço, à nossa Terra, por toda a infinidade de sua duração futura, que não é interrompida pela sepultura em si, mas apenas transformada? Jamais ela deveria obter uma visão mais próxima das maravilhas remanescentes da criação? Quem sabe se não se pretende que conheça de perto essas esferas distantes do Sistema Solar e a excelência de seus arranjos que já excitam tanto sua curiosidade à distância? Talvez algumas outras esferas do sistema planetário se formem ao seu redor, a fim de preparar novos lugares para residirmos em outros céus, após a passagem completa do tempo prescrito para nossa estada aqui. Quem sabe, talvez os satélites que orbitam ao redor de Júpiter iluminarão nosso caminho no futuro? (*NTH* 1: 366, tradução nossa).

Para finalizar, resta considerar que embora o racismo ou a hierarquização das raças praticadas por Kant no ensino da Geografia Física não sejam incompatíveis com a

sua filosofia moral, durante certo período indefinido, não seria correto dizer que esta culminou com essas características. A fonte do problema se encontra na teleologia natural de Kant, como demonstrado, e em sua extrapolação para o campo do ensino da Geografia Física (que deveria pertencer ao domínio teórico e não admitir considerações teleológicas).

5. Conclusão

Neste trabalho se partiu da concepção de que não é possível uma ciência calcada exclusivamente em dados empíricos objetivos, o que implicaria na interferência de fatores subjetivos ou intersubjetivos na prática científica. Entre esses fatores, certamente as pressuposições filosóficas mais fundamentais a respeito da realidade e da moralidade são elementos de destaque. Embora Kant tenha buscado delimitar, em sua Filosofia Crítica, os espaços da razão teórica, da razão prática e da teleologia, foi demonstrada a tese de que a filosofia moral, a teleologia e a prática científica do filósofo (no ensino da Geografia Física) estavam profundamente ligadas, interferindo umas sobre as outras.

Tem surgido desapontamento entre os estudiosos ou interessados pela Filosofia Kantiana ao se contrapor sua moral universalista com as suas opiniões científicas e teleológicas a respeito do conceito de raça e hierarquia racial. Muitos fazem a leitura de que o filósofo entrou em contradição, já que, em termos práticos, considerava que o ser humano deveria ser sempre um fim em si mesmo e nunca um meio, ao passo que, muitas vezes, tratou em seus ensinamentos de Geografia Física o que considerava como raças inferiores com desdém e menosprezo (chegando a defender a escravidão e o colonialismo).

Foram demonstradas, todavia, as teses de que não há contradição entre a filosofia moral kantiana, sua teleologia da natureza e sua produção ou ensino científico (no campo da Geografia Física com a hierarquia das raças), embora exista contradição entre o que o filósofo determinou como domínio teórico das ciências, e o que praticou como ensino científico (na Geografia Física), profundamente permeada pela teleologia da natureza. A aparente contradição na esfera moral surge somente quando se abandona alguns dos postulados da razão pura e suas funções no pensamento kantiano. O próprio filósofo reconheceu que nenhum ser humano seria, em uma vida, capaz da santidade (a plena obediência aos imperativos categóricos) e que eles estariam em diferentes estágios

de evolução moral e cultural. Com a finalidade de se implementar o reino onde somente a razão comandaria, seria necessário postular a imortalidade da alma, o que permitiria um progresso, em um tempo indefinido, para todos os seres humanos (em algum momento, todos poderiam alcançar a perfeição moral). Além disso, a felicidade humana não seria a finalidade da natureza neste momento, mas sim o desenvolvimento da cultura (como preparação para o domínio da razão), a qual teria como símbolo maior as ciências e as belas artes (a cultura europeia era colocada na vanguarda do progresso). Por fim, pessoas, classes de pessoas ou “raças” não deveriam ser necessariamente felizes nesta vida, assim, mesmo as desigualdades poderiam promover um bem maior no futuro. O que as pessoas deveriam fazer seria desenvolver suas aptidões morais e culturais. Deus, por sua vez, possibilitaria, em um futuro indeterminado, a coincidência entre a moralidade e o merecimento da felicidade com a própria felicidade.

A Filosofia Crítica em seu domínio prático era, conseqüentemente, adaptável mesmo a um filósofo moralmente ainda imperfeito¹³, a uma humanidade ainda imperfeita (mas em diferentes graus), e a uma estrutura social que priorizasse o desenvolvimento cultural, e não a felicidade de qualquer um que fosse (portanto, uma estrutura que podia ser desigual, desde que colaborasse para o desenvolvimento cultural). Provavelmente, o filósofo não se via simplesmente como um preconceituoso por meros caprichos ou superstições. Para ele, a superioridade da raça branca era um fato supostamente corroborado pela ciência empírica, lido a partir de suas concepções teleológicas (a finalidade da natureza seria o desenvolvimento da cultura, simbolizada pelo desenvolvimento das ciências e das belas artes; quem melhor desenvolvia esses elementos eram os povos brancos; logo, eles estariam mais próximos da finalidade da natureza e do império da razão). A leitura da Geografia Física de Kant (no tocante às diferentes raças da Terra) não estava, de forma alguma, dissociada de suas concepções metafísicas práticas e teleológicas.

Poder-se-ia questionar, no âmbito exclusivamente formal, se a exigência de uma perfeita execução da separação dos domínios da razão nas aulas de Geografia Física não seria desproporcional. Afinal, talvez as aulas não precisassem de um rigor lógico tão grande (talvez pudesse se tratar de um ambiente de maior liberdade de reflexão). É

¹³ Ou seja, incapaz do pleno cumprimento dos imperativos categóricos.

curioso notar, contudo, que justamente Kant possuía uma personalidade extremamente metódica.

Referências

BERNASCONI, R. (2011). Kant's third thoughts on race. In: ELDEN, S.; MENDIETA, E. (Eds.). *Reading Kant's Geography*. Albany: State University of New York Press. pp. 291-318.

HARTSHORNE, R. (1939). *The nature of Geography: a critical survey of current thought in the light of the past*. Lancaster: The science press printing company.

KANT, I. (1782). *Vorlesungen über Physische Geographie* (V-PG: Doenhoff). Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften. Disponível em: <http://kant.bbaw.de/base.htm/geo_doe.htm>. Acesso em: 07 jun. 2020.

_____. (1792). *Vorlesungen über Physische Geographie* (V-PG: Dohna). Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften. Disponível em: <http://kant.bbaw.de/base.htm/geo_doh.htm>. Acesso em: 07 jun. 2020.

_____. (1990). *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza* (MAN). In: *Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaften*, Vol. IV. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter. (Trad. Edições 70).

_____. (2007). *Observations on the feeling of the beautiful and sublime* (GSE). In: *Gesammelte Schriften*, Vol.II. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin:De Gruyter. (Trad. Ingl. Cambridge: Cambridge University Press).

_____. (2007). *Of the different races of human beings* (VvRM). In: *Gesammelte Schriften*, Vol.II Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter. (Trad. Ingl. Cambridge: Cambridge University Press).

_____. (2009). *Groundwork of the metaphysics of morals* (GMS). In: *Gesammelte Schriften*, Vol. IV. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter. (Trad. Ingl. Cambridge: Cambridge University Press).

_____. (2007). *On the use of teleological principles in philosophy* (ÜGTP). In: *Gesammelte Schriften*, Vol.VIII. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter. (Trad. Ingl. Cambridge: Cambridge University Press).

_____. (2011). *Crítica da razão prática* (KpV). In: *Gesammelte Schriften*, Vol.V. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter.(Trad. Port.São Paulo: Editora WMF Martins Fontes).

_____. (2012). *Universal natural history and theory of the heavens or essay on the constitution and the mechanical origin of the whole universe according to Newtonian principles* (NTH). In: *Gesammelte Schriften*, Vol.I. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter. (Trad. Engl. Cambridge: Cambridge University Press).

_____. (2012). *Plan and announcement of a series of lectures on physical geography with an appendix containing a brief consideration of the question: Whether the West winds in our regions are moist because they travel over a great sea* (EACG). In: *Gesammelte Schriften*, Vol. II. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter. (Trad. Engl. Cambridge: Cambridge University Press).

_____. (2012). *Crítica da faculdade do juízo* (KU). In: *Gesammelte Schriften*, Vol.V. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter. (Trad. Port. Rio de Janeiro: Forense Universitária).

_____. (2012). *Physical Geography* (PG). In: *Gesammelte Schriften*, Vol.IX. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter. (Trad. Engl. Cambridge: Cambridge University Press).

_____. (2013). *Crítica da razão pura* (KrV). In: *Gesammelte Schriften*, Vol. III. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter. (Trad. Port. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco).

_____. (2020). *Zum ewigen Frieden* (ZeF). In: *Gesammelte Schriften*, Vol. VIII - XXIII. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter. (Disponível em: <<https://korpora.zim.uni-duisburg-essen.de/kant/aa08/Inhalt8.html>>. Acesso: 09 jun. 2020).

_____. (2020). *Handschriftlicher Nachlass* (HN). In: *Gesammelte Schriften*, Vol. XIV - XXIII. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft. Berlin: De Gruyter. (Disponível em: <<https://korpora.zim.uni-duisburg-essen.de/kant/aa15/>>. Acesso: 07 jun. 2020).

KLEINGELD, P. (2014). Kant's second thoughts on Colonialism. In: FLIKSCHUH, K; YPI, L.(Ed.). *Kant and colonialism: historical and critical perspectives*. New York: Oxford University Press. pp. 43-67.

LOUDEN, R. B. (2007). General Introduction. In: ZÖLLER, G; LOUDEN, R. B. (Eds.). *The Cambridge Edition Of The Works Of Immanuel Kant: Anthropology, History, and education*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 1-17.

_____. (2011). "The play of nature": human beings in Kant's Geography. In: ELDEN, S.; MENDIETA, E. (Eds.). *Reading Kant's Geography*. Albany: State University of New York Press. pp. 291-318.

MCCARTHY, T. (2009). *Race, empire, and the idea of human development*. New York: Cambridge University Press.

OLIVEIRA, C. (2018). *A prole de Caim e os descendentes de CAM: Legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas Dum Diversas (1452) e Romanus Pontifex (1455)*. 2018. 119 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas.

RIBAS, A. D.; VITTE, A. C. (2009). O curso de geografia física de Immanuel Kant (1724-1804): cosmologia e estética na construção epistemológica da ciência geográfica. *R. RA E GA*, Curitiba, n.17, pp. 103-111.

SMEDLEY, A.; WADE, P.; TAKEZAWA, Y. I. Race. *Encyclopedia Britannica*, 2020. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/race-human#accordion-article-contributors>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

TATHAM, G. A. (1960). A geografia no século XIX. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, ano XVIII, pp. 551-578, Jul.-Ago. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1960_v18_n157_jul_ago.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

WATKINS, E.; REINHARDT, O. (2012). Physical Geography: Introduction. In WATKINS, E. (Eds.). *The Cambridge edition of the works of Immanuel Kant: Natural sciences*. New York: Cambridge University Press. pp. 434-679.

ZÖLLER, G; LOUDEN, R. B. (2007). Of The Different Races Of Human Beings: Editor's Introduction. In: ZÖLLER, G; LOUDEN, R. B. (Eds.). *The Cambridge Edition Of The Works Of Immanuel Kant: Anthropology, History, and education*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 82-83.

Artigo recebido em: 30.01.2020

Artigo aprovado em: 10.08.2020